

1932: São Paulo e o Brasil¹

Profa. Dra. Vavy Pacheco Borges²

Fatos, memória e mito estão intrinsecamente imbricados em torno desse tema. A grande historiadora brasileira Emília Viotti da Costa, em julho de 1982, quando eu ainda fazia meu doutorado, chamou minha atenção para isso. Escreveu, para os 50 anos da revolução, um artigo que intitulou: “1932: Imagens Contraditórias”, para o suplemento Folhetim, Folha de São Paulo. Lá ela conclui: “Nos campos de batalhas ficaram os mortos. Na memória dos homens que participaram da revolução, uma história que fala mais de seus sonhos e suas paixões do que sobre a realidade que a gerou”.

O estado de São Paulo é, para o discurso e a história oficial das elites dirigentes, desde o início do século XX, a locomotiva motora do país, o responsável pelas mudanças maiores da nação brasileira: os paulistas, enquanto bandeirantes, conseguiram para o país seu enorme território; em 7 de setembro de 1822, no solo paulista que deu-se o brado pela independência; em 1932, os paulistas mostraram para o Brasil inteiro, através de seu próprio sangue, a importância da legalidade. Essa é a visão mítica de São Paulo como o maior sujeito da história do Brasil.

Nos anos 1910, 1920 e 1930 havia um forte sentimento de superioridade no estado; exaltava-se um São Paulo personificado e unificado sem diferenças de classes, regiões ou partidos. Por exemplo, a manchete da primeira página de A Gazeta em 11 de julho de 32 declara: “De São Paulo partiu o brado da Independência: de São Paulo também parte, agora, o brado pela Constituição”. Até nossos dias alguns representantes oficiais querem marcar a posição singular de São Paulo na federação e/ou utilizar-se do bairrismo paulista. Aliás, o hino do Quarto Centenário de São Paulo, em 1954, canta: “Foi em tí, ó meu São Paulo, que o Brasil se libertou...”

Quero dar dois exemplos banais da imagem de São Paulo que as elites paulistas sempre lutaram para projetar: um primeiro me foi fornecido por uma aluna minha na UNICAMP, em 1991, num curso sobre os anos Vargas. Ela me relatou que a seguinte letra de música foi cantada em escola primária de sua filha, em Campinas:

Este São Paulo é colosso,
Tem cafezais e algodão,
Sua indústria assombra,
É a maior da Nação.
Venha, venha assistir
à sua luta incessante,
Ver que tem o paulista,
Fibra de bandeirante.

Outro exemplo datado de 1933: uma música de Carnaval cantava, mostrando uma visão elitista bem clara:

Paulistinha querida, qual é a tua cor, que tanto disfarças, com teu pó-de-arroz?
Não és loira nem morena, não tens nada de mulata,
Paulistinha querida, a tua cor é 32.

Encontramos indícios concretos no cotidiano paulista (embora a maioria da população não se dê conta e passe por eles sem perceber) da memória de 32. São eles:

- 1) O feriado de 9 de julho. Em 1997 o Governador Mario Covas o reestabeleceu, já existira antes um feriado e/ou ponto facultativo;
- 2) Na paisagem urbana da capital:
 - Desde 1935, com a avenida 9 de julho;
 - Edifício da Bandeira Paulista no Largo da Memória;
 - Desde 1954, no 4o. Centenário, o Obelisco do Ibirapuera com a cripta dos “Heróis de 32”;
 - Desde os anos sessenta há a Assembléia Legislativa ou Palácio 9 de julho;
 - Desde os anos setenta com a avenida 23 de maio;
 - Ruas e praças também lembram o feito revolucionário, como: a rua MMDC, a Praça Ibrahim Nobre, o nome oficial do “Cebolão” é: Complexo Heróis de 32, etc;
 - Mesmo heróis menores, como o Coronel Alfredo Feijó, personagem do meu último livro Memória Paulista, tem seu nome lembrado numa pequena rua da região sudeste de São Paulo. Em cidades do interior, os mesmos nomes de ruas, monumentos ligados à bandeira paulista e ao capacete do soldado constitucionalista são testemunhos dessa guerra.

Tudo isso é parte de uma memória oficial, que quer penetrar e de certa forma o consegue, na memória coletiva; a população está em geral poucas vezes muito atenta ao que se passou na história passada do país. E é óbvio que não há uma memória coletiva monolítica : uns se lembram ou sabem, outros nem ouviram falar. Dos que conhecem a revolução, uns a valorizam, outros a criticam. Uma vez eu fui entrevistada no dia 9 de julho pela Rádio Bandeirantes e, enquanto isso, repórteres estavam na avenida 9 de Julho perguntando para a população o que significava a data; e ninguém sabia. Entre muitas respostas que ignoravam a data , só uma mulher respondeu: “Ah, foi uma guerra, uma luta que teve aqui no Brasil”. Eu fiquei muito desgostosa, mas depois eu encontrei pesquisas contando que na Inglaterra também, não sei em que nível da juventude, não se conhecia Churchill. Chegaram a dizer que era um dos Beatles... Nós temos tendência a dizer que o Brasil não tem memória, não tem história, mas ... O ano passado eu fui fazer uma palestra e o dia 9 de Julho caiu numa segunda-feira e era feriado. Ai uma pessoa da palestra falou: “Puxa, eu havia pensado que esse feriado era por causa do apagão” ...

Em uma guerra civil, a memória é sempre traumática e em geral mitificada. Existem divergências a partir das partes envolvidas. Durante a luta, tudo o que era dito nos jornais paulistas visava somente encorajar à vitória e, obviamente, não causar esmorecimento; até um mês antes do final da luta armada, havia um grande ufanismo por parte dos políticos civis; Esses desejos fantasiosos dos políticos não ganham uma guerra e o aspecto de “louca aventura”, como destacou Vargas, fica claro nesse final: Waldemar Ferreira, João Neves da Fontoura e outros afirmam algo como “enquanto sobrar um paulista, continua a guerra”. Alguns dos “Batalhões Infantis” (com crianças vestidas de soldados, pequenas a ponto de serem fotografadas com um dedo na boca), foram registrados com seu dístico: “Se preciso, também iremos...” Retrato simbólico desse exacerbado do radicalismo é o improviso em praça pública do “tribuno” Ibrahim Nobre, no desespero da derrota: “A revolução não deveria terminar assim. Depois que fossem os filhos, iriam os pais. Depois que eles morressem, iriam as irmãs, as mães, as noivas. Todos morreriam. Mais tarde, quando alguém passasse por aqui, neste São Paulo deserto, sem pedra sobre pedra, levantando os olhos para o céu, haveria de ler, no epitáfio das estrelas, a história de um povo que não quis ser escravo”.

Devido à forma com que os meios de comunicação apresentavam a luta, a derrota foi um choque para muitos. Mas a maior parte dos documentos oficiais paulistas apresenta o fim da luta nitidamente como uma vitória. Assim, começa desde então a versão que é chamada de triunfalista, até hoje dominante, em que a derrota é apresentada como uma vitória. Em 4 de outubro de 1932, dois dias depois do armistício, que fora no dia 2, o jornal O Estado de São Paulo dizia: “São Paulo não deve desanimar. O gigantesco esforço que ele fez, ... não foi estéril. O que se encerrou ontem por um inesperado e melancólico desfalecimento de algumas tropas não foi a luta pela redenção do Brasil. São Paulo não foi vencido, nem o será. O povo ... Não afrouxou. Não recuou. Não transigiu. ... A luta não acabou: vai transformar-se... É um Brasil novo e forte o que surgiu em São Paulo”.

Como já comentaram algumas vezes para mim, é engraçado que sejam os perdedores da luta armada que a comemorem e não os vencedores. Essa é a memória daqueles que perderam militarmente a luta, mas que, segundo acreditam e querem até hoje nos fazer crer, a venceram politicamente. E até hoje, qualquer ex-combatente ou simpatizante continua a afirmar: “Nós vencemos por que o que queríamos eram as eleições e elas vieram”.

A produção memorialística sobre 1932 é aparentemente inesgotável, pois até 1995 foram publicadas obras sobre o tema; todos trazem a ambição explícita ou não de deixar “elementos, subsídios para a história”. Boa parte traz uma perspectiva de valorização do movimento armado. Mas outros querem tentar digerir essa luta que abalou a vida do estado, muitas vezes numa “desilusão, não do homem de coragem vacilante, mas do homem incompletamente informado, do homem traído por formulações políticas gastas, inadequadas ou oportunistas”, nas palavras de historiador americano que se debruçou sobre a história paulista. Há uma grande concentração de memórias e ensaios publicados sobretudo entre 1932 e 1937 (mais de 150), em boa parte trabalho de uma classe média urbana que se envolveu diretamente na luta; muitas vezes, esgotavam-se rapidamente e eram reeditadas. Com raras exceções,

são escritores menores, que não se sobressaíram no campo das letras, mas seu conjunto é muito representativo da sociedade de então. São, por ordem proporcional de presença, escritas por jornalistas, militares, advogados, estudantes (além de outras profissões), que querem deixar seu depoimento sobre uma revolução que, em sua quase totalidade, não ajudaram a comandar.

Minha relação com esse objeto de pesquisa

Relatos e fotos da Revolução de 32 recordam-me sempre a versão romântica da guerra civil americana apresentada no filme “E o vento levou...”, no qual a aristocracia sulina parte muito entusiasmada para a guerra, como se essa fosse o prolongamento da festa da qual participavam nas cenas iniciais. Entre outras razões, esse tipo de visão me adveio das histórias contadas pela minha família materna, cujos avós usavam as alianças “Dei ouro para o bem de São Paulo” (trocadas pela doação de suas jóias) e contavam baixinho que um figurão de boa família sumira com parte do dinheiro arrecadado. Minha avó e suas três filhas se orgulhavam de ter tricotado para os combatentes, seus “afilhados”. Minha mãe recordava-se sempre sorrindo que, nos seus 16 anos, ao distribuir provisões para os soldados, favorecia seus “flirts” na dose de cigarros; ela e uma de suas irmãs tinham carregado a bandeira paulista pelo centro da cidade para captar donativos e estão imortalizadas em algumas fotos várias vezes publicadas. Lembro-me também de um capacete do meu tio que acabou virando vaso de plantas. Meu pai, carioca morando em São Paulo, contava por sua vez como se limitara a guiar caminhões, “para não atirar em seus ‘irmãos’ no outro lado do ‘front’”. Então, desde pequena entrei no mundo dessa “historinha”.

Getúlio era uma figura detestada em nossa família. Abanei muito lenço branco em cima dos ombros de meu avô (apelidado de General Botafogo, por ser um funcionário graduado que promoveu as queimas de estoques do café), nos comícios da União Democrática Nacional – a UDN – partido que se formou fundamentalmente em oposição a Vargas. Meu primeiro ato público consciente foi uma passeata em agosto de 1954, pedindo pela renúncia do presidente. E o suicídio de 24 de agosto me provocou algumas horas de insônia causada por um remorso atroz.

Nos anos cinqüenta, quando me graduei em História por motivos de uma assim dita “objetividade” exigida pela corrente teórica então predominante, o “positivismo histórico”, era necessário um recuo de aproximadamente cinqüenta anos para o exame de um objeto ou tema. Todos os cursos de história que fiz terminavam com a proclamação da República, com a decoração de uma lista de seus presidentes; até minha graduação, os professores ensinavam a História do Brasil somente até 1930. O período da história política brasileira e paulista de que aqui tratamos situa-se ainda hoje numa “zona de penumbra”, nessa “terra de ninguém no tempo”, entre a memória e a história, como define o historiador inglês Eric Hobsbawm. Cada indivíduo tem em sua mente – não de modo formal, é claro – uma história de sua própria vida consciente; desse passado histórico próximo, muitos participantes estão entre nós, testemunhos vivos dos fatos que nos interessa pesquisar e com os quais cruzamos, deliberada ou

ocasionalmente (vocês ontem tiveram o depoimento de um desses personagens³).

Em meus trabalhos de pesquisa – mestrado e doutorado – dediquei-me a estudar esse período da história política paulista. Na primeira pesquisa de mestrado, iniciada nos anos 70, estudei o tema através da imprensa paulista, mostrando como eram as relações entre as elites políticas paulistas e Getúlio Vargas, desde quando ele era uma promissora estrela na política federal até quando se tornou chefe do Governo Provisório ou ditador, conforme a posição política de quem falava, após outubro de 1930. A luta nacional depois de 30 foi explicada por décadas como a luta entre as antigas oligarquias e a nova força política que então cercava Getúlio, o tenentismo; percebi em meu mestrado como essa oposição era plenamente insatisfatória para explicar as disputas e impasses políticos paulistas. Detive-me então em esmiuçar o uso desses conceitos, a criação do termo tenentismo e também o uso de um conceito chave nos anos 30, o de revolução. A luta política girava em torno desse conceito, e esse era tão corriqueiro que encontrei até um anúncio, em 1929, num jornal do Partido Democrático que dizia: “A Revolução vem aí. Faça estoque de margarina Elsa”. Anos mais tarde, além de me aprofundar na historiografia sobre o conceito de revolução, debruicei-me sobre aspectos particulares e gerais da memória de 1932.

A Revolução Constitucionalista

Para se compreender o que se chama hoje comumente de “Revolução de 32”, é preciso recuar um pouco, começando-se por entender a mudança de ordem jurídico-política que ficou conhecida como “Revolução de 30”, suas disputas e seus impasses. Para tanto, é preciso retomar essa história a partir do que diziam aqueles que viviam o momento, ou seja, a partir das fontes contemporâneas e, como se trata de história política, examinar as visões múltiplas, díspares e por vezes fundamentalmente opostas.

No Brasil, os anos 30 do século XX iniciaram-se como “pós-revolucionários”. No plano internacional, na visão ainda de Eric Hobsbawm, a compreensão desse período é vista como uma das questões espinhosas do por ele chamado “breve século XX”. Após a ruptura da ordem em 1930, houve no país um período de intenso debate político-intelectual, testemunhado por toda a produção cultural do momento. Políticos, jornalistas, bacharéis, médicos, engenheiros, militares e intelectuais envolviam-se na discussão dos rumos a se tomar no país. Essa se dava tanto na imprensa, onde a disputa pelo poder se faz dia-a-dia, quanto no mercado editorial, que começava a se voltar de forma significativa para autores e temas nacionais. Jornais, memórias, ensaios (e até mesmo a documentação particular publicada) evidenciam um clima de profundas tensões e inseguranças, devido em boa parte ao momento de redefinição institucional. Tudo então parecia possível, todos os caminhos pareciam viáveis. Acredito que o melhor exemplo dessa potencialidade de amplo espectro é um inquérito realizado em 1933 pelo Diário de Notícias. O jornal carioca ouviu personalidades famosas em diversas áreas, querendo delas saber: “Para onde vai o Brasil: para o comunismo? o fascismo? o integralismo? a democracia? o socialismo? o federalismo? a ditadura?” Hoje em dia se você pegar, por exemplo, o Dicionário Histórico e Biográfico

do CPDOC, no item Estado Novo, você lerá: “O Estado Novo foi a decorrência natural de 1930”. O que trás subentendido que, da revolução de 1930 só poderia ter dado o que deu. Então, parece que só ocorreu o golpe do Estado Novo, mas para as pessoas que viviam naquele momento, aquele era claramente um momento de grandes transformações e de muitas potencialidades.

O termo “Revolução de 30”, todavia, surgiu e se fixou somente após o movimento militar de 32, na disputa entre o que seria revolução ou contra-revolução. O que se auto-intitulara anteriormente “Campanha pela Autonomia e Constitucionalização” foi intitulada, em sua fase militar, de “Revolução Constitucionalista”, aparentemente reduzindo suas ambições, talvez por que acreditassem que a autonomia – motivo e ideal explicitamente muito forte no movimento – já fora conseguida, pois tinham sido os chefes políticos paulistas da Frente Única que escolheram o secretariado constituído pela Frente Única em 23 de maio. O que naquele tempo ficou famoso como “O Caso de São Paulo” foi, no fundo, a disputa pela direção do Estado para nele imprimir uma direção em meio à desorganização pós-revolucionária. Iniciou-se desde a passagem do “Trem da Vitória” por São Paulo e constituiu-se numa sucessão de interventores no poder. O problema de uma direção autônoma, sem interferência do Poder Federal no Estado, na verdade não se resolveu realmente até a chamada redemocratização em 1945.

A “Revolução Paulista” ou a “Guerra Paulista”, formas que Vargas usou em seus diários, é apresentada por ele publicamente como a “Contra-Revolução”, como “um motim de objetivos puramente pessoais, visando restaurar o passado, recuperar posições e rever prerrogativas”. Vargas levantou duas suspeitas sobre o sindicato político-militar que chefiava o levante: “A ambição de impor o predomínio de um Estado sobre todos os outros do Brasil” ou o desejo dos que “querem chegar ao separatismo”. Por outro lado, o governo de São Paulo procurou legitimar seu movimento como a “Revolução Constitucionalista”.

Do outro lado, o desejo da constitucionalização é sempre apontado como o principal móvel e a revolução apresentada como consenso geral; as condenações, as recusas provinham dos “covardes”, dos “maus paulistas” dos “derrotistas”, até dos “maricas”, aos quais, conta-se, eram enviadas peças de roupas femininas como forma de pressão. Havia uma censura sobre manifestações de indivíduos e grupos contra a luta armada, confirmada por várias fontes. Mas apesar desse tipo de oposição interna, deu-se, na retaguarda das batalhas, uma outra forma de luta contra o Governo Federal, cujas armas eram protestos pronunciados, escritos, cantados em prosa e verso e, contam, até assoviados. Um exemplo é uma letra de música copiada de mão em mão em 16/09/32, cantada com a melodia de “O teu cabelo

não nega”, de Lamartine Babo:

O teu governo não nega, Getúlio, Que foi uma tapeação.
A ditadura não pega, Getúlio, Faz dela bucha de canhão.
Quem te encrencou, ó manganão, Merece consagração.
Paulista não tem medo de careta.
Apronta a trouxa, e segue prá outro planeta.

Na política, razão e paixão não se opõem, não há um domínio da razão do qual a paixão esteja excluída; pelo contrário, a paixão é parte intrínseca da política. Teóricos nos ensinam que a cena política é um local de espetáculo, de um drama onde se pretendem efeitos, em que a emoção é suscitada para a persuasão, para a legitimação. Hoje em dia é patente, por exemplo, que a persuasão política se apoia muitíssimo mais naquilo que é mostrado nas telas da televisão com a finalidade de despertar emoções e sentimentos do que em argumentações racionais.

Depois de tanta leitura dos jornais de época, dos memorialistas e dos estudiosos do período, está bem claro para mim que, depois de outubro de 1930, todos os políticos paulistas ficaram sem o poder e suas benesses, sem empregos, sem posições, sem imunidades e, sobretudo, ameaçados de não recuperar isso tudo. Estavam em meio a uma conjuntura de grave instabilidade política e a uma campanha de desvalorização dos políticos profissionais – cujo auge talvez vivamos em nossos dias – e imersos em séria crise econômica, pois é preciso ter sempre em mente a crise capitalista iniciada em 1929. Para compreender as razões de suas ações e não lhes atribuir somente intenções monoliticamente mal-intencionadas, é importante vê-los enquanto gente, como indivíduos e aceitar que em suas mentes e corações misturavam-se desordenadamente interesses e ideais, oportunismos, paixões e preconceitos, medos, decepções e inseguranças, desejos de vingança, em proporções e prioridades variáveis. Todos esses sentimentos e intenções podem ser recuperados nas fontes da época.

É preciso pensar nesses políticos também como um grupo profissional, que defendia os interesses das auto-intituladas “classes conservadoras”. Naquele exato momento, estas se sentiam bastante contrariadas e ameaçadas pela perda dos privilégios e controle de decisões que exerciam antes de 1930. As elites paulistas procuraram até essa data, por meio da República Federativa, garantir sua autonomia para a defesa de seus interesses – os interesses paulistas do café, sobretudo, era então apresentados como “os interesses brasileiros”. A posição de privilégio de São Paulo na desde então intitulada “República Velha” era algo incontestável, mas a perda da autonomia foi se efetivando concretamente, pois o Governo Provisório retirou do Estado as receitas e o controle direto da economia cafeeira, embora tenha respondido a seus interesses mais diretos de proteger o produto. Outras isenções e taxas foram alteradas e as manifestações contra a centralização eram constantes e muito fortes na imprensa. Repetia-se

cotidianamente: “São Paulo para os paulistas”.

Podemos reconstituir os debates acirrados na imprensa e em praças públicas, os fuxicos e boatos que ferviam nos bares, cafés, clubes e até em telefonemas. A Frente Única foi uma união política dos Partidos Republicano Paulista (PRP), existente desde o início da República e o Democrático (PD), existente desde 1926 e que eram ferrenhos inimigos – e eu me pergunto se os mais ousados e violentos? os mais rígidos? os que se sentiam mais ameaçados?. Alguns dos políticos dessa Frente Única conseguiram que as “classes conservadoras” abandonassem seus interesses além dos negócios: “... as corridas de cavalo, os dancings, os clubes, tudo o mais podia atrair as classes produtoras. A política jamais!”, reclamava Aureliano Leite, do Partido Democrático. Através da Liga de Defesa Paulista e outros grupos, as elites paulistas embarcaram primeiro na Campanha pela Autonomia e Constitucionalização e depois na organização da última forma da política, a guerra. O MMDC, uma espécie de milícia civil formada após os embates de 23 de maio para a arregimentação civil, mobilizou as “classes populares”, ou seja, a população urbana das cidades do Estado. Segundo tia minha hoje viva, só a “Campanha das Diretas Já” conseguiu uma mobilização igual em São Paulo. Segundo depoimentos de Júlio de Mesquita Filho, do jornal O Estado de São Paulo, desde março de 1931 articulava-se em São Paulo um movimento armado contra o Governo Vargas. Houve negociação direta, entretanto, até às vésperas de 9 de julho, políticos paulistas do PD tentavam entendimentos com o Governo Provisório.

Para conseguir apoio das elites e do resto da população do Estado, os políticos agitaram as inúmeras tensões que podiam ser percebidas na sociedade paulista, muitas delas até hoje não totalmente desaparecidas ou ainda fortes. Essas tensões resultavam sobretudo dos vários perigos que pareciam ameaçar, naquele momento, o modelo de sociedade em funcionamento, com instituições senão falidas, pelo menos abaladas. Sobressaia o perigo das massas, o perigo militar e o comunismo.

O fantasma das massas assustava a Europa desde a Revolução Francesa, durante todo o século XIX. No Brasil republicano as massas começaram a se fazer presentes na cena política: comícios, greves, passeatas tornaram-se constantes e o papel na cena política das “massas populares” e das “grandes massas trabalhadoras” começou a ser constantemente sublinhado nas fontes de época.

O segundo grande perigo assustador veio de que, nesse momento, impôs-se na cena política uma forte presença militar no Estado de São Paulo – e também no resto do Brasil. Além de forças oriundas da revolução de 1930 que estavam acantonadas na capital, militares ocupavam muitos cargos que a imprensa, sobretudo a do PD, reclamava como pertencentes aos civis. Esse partido insistia que todo aquele que vestisse farda era inimigo de São Paulo. Expressava-se na imprensa um medo dos fuzis e das espadas, sobretudo aquelas nas mãos dos que eram chamados de “tenentes” e atacava-se a “mentalidade militarista”. Como mostram outros acontecimentos antes e depois de 1932, portanto, não era realmente a participação militar na política que constituía uma ameaça, era o medo de que a força militar servisse a causas outras que as esposadas pelos políticos e as “classes conservadoras”.

E o terceiro perigo, que é agitado de uma forma inacreditável, é o comunismo; no Ocidente foi o comunismo que constituiu, desde a Revolução de 1917, a mais perigosa ameaça de alteração da

ordem. Boa parte dos artigos, editoriais, comentários e entrevistas dos jornais mais tradicionais denunciavam constantemente a “ideologia vermelha”, o “bolchevismo”, a presença do “olho” ou do “ouro de Moscou”. Essa maior ameaça – então como em nossos dias – era gerada por um medo de classe. No exame do discurso e da prática política que precede o movimento armado de 1932, fica evidente o quanto a oposição política passava claramente por esse problema. A solução da questão social era o problema político fundamental que necessitava uma resposta rápida, sobretudo devido a todas as instabilidades já apontadas; os novos impostos que foram criados, como o territorial e sobre a transmissão de propriedade, por exemplo, são citados como resultantes de um comunismo ou socialismo. A acusação de comunista, então muito empregada na disputa política, teve enorme aplicação. O jornal da Legião Revolucionária, movimento partidário liderado no Estado por Miguel Costa e próximo a Vargas, tem uma charge exemplar: um “cartola”, ou seja, um político, carrega um cartaz no qual está escrito acima: “Eu sou a salvação” e abaixo: “quem duvidar é comunista”. Ibrahim Nobre define, em 12/071932: “O nosso movimento é o do Brasil Católico, disciplinado e forte, contra a anarquia que queriam que vivêssemos. Uma luta de Jesus contra Lenine”.

A partir da existência de todas essas ameaças manipuladas cotidianamente no debate político, vários fatores facilitaram a tarefa de envolvimento da população: os ideais, sobretudo o constitucionalista, pois a constituição representava a “panacéia de todos os males” e o patriotismo; o gosto masculino pelo combate; o regionalismo ligado ao desejo de autonomia e sua exacerbação numa certa xenofobia.

Com o advento da república e sobretudo nos anos 20 e 30 daquele século, resgatou-se a figura dos bandeirantes como símbolo que, entre outros aspectos, garantia a idéia de uma lealdade do Estado à nação, forjando o mito do patriotismo paulista. O regionalismo paulista pretendia sobretudo mostrar o papel precursor da “civilização paulista”: São Paulo sabia o que era bom para o Brasil e era o grande responsável pela sua realização; seria o patriotismo paulista, pois, que restituiria o Brasil à legalidade. Foram três historiadores ligados ao Instituto Histórico quem mais contribuíram para isso: Afonso de Taunay, dando ênfase aos aspectos de conquista territorial, Alfredo Ellis Junior à “raça paulista” e Alcântara Machado às condições sócio-econômicas do fenômeno. Membros das elites imbuídos do “orgulho paulista”, ao estudar sua própria ascendência, procuraram reforçar sua legitimidade estabelecendo laços entre essas elites e os heróis do passado bandeirante, legitimando-as. A partir da idéia de supremacia do Estado, naquele momento responsável por bem mais da metade da receita de exportação do país, foi sendo construído e difundiu-se o mito do bandeirante herói da nação, foram infindáveis os exemplos do bandeirante ligado à luta em 1932. O soldado constitucionalista é inúmeras vezes representado pela figura de um bandeirante; um cartaz mostra uma figura enorme de bandeirante espremendo um minúsculo Vargas; um enorme bandeirante faz parte do monumento erigido na Praça do Patriarca para a campanha da doação do ouro, lembrando a estátua hoje existente na Avenida Santo Amaro. Os bônus emitidos trazem as efígies de Domingos Jorge Velho e de Fernão Dias. Os nomes dos bandeirantes são usados como nomes de batalhões, como pseudônimos para assinar exaltados artigos na imprensa e manifestos manuscritos ou datilografados e para constituir a diretoria do efêmero jornalzinho

“O Separatista”, que circulou antes da luta.

O separatismo, tendência recorrente em momentos da história brasileira, foi um sentimento bastante presente naquele momento. Entretanto, não teve um significado efetivo na Revolução. Memorialistas contam que a divisa do brasão de armas, idealizado pela “Comissão da Campanha do Ouro para a Vitória”, seria “Pro São Paulo fiant eximia”, entretanto, para evitar as acusações de separatismo, a mudança foi feita e a divisa diz até nossos dias: “Pro Brasilia fiant eximia” (Pelo Brasil, façam-se coisas grandiosas).

A xenofobia contra o elemento “não-paulista”, contra os “estranhos ao estado”, se voltava contra os gaúchos, devido à própria origem da Revolução de 30, mas também contra os nordestinos, presentes em vários níveis no Estado de São Paulo, desde os postos mais altos (João Alberto Lins de Barros, interventor; Góes Monteiro, chefe da Região Militar); nos postos e cargos burocrático-administrativos de nível médio e até mesmo em número altamente significativo na mão de obra não-qualificada. Os “cabeças-chatas”, os “barrigudinhos” eram objeto de chacota em histórias contadas nas colunas dos jornais e nas charges. Os termos “forasteiros”, “arrivistas”, “alienígenas” e outras alcunhas se tornavam fortes insultos na boca dos “filhos da terra”.

Concluindo, podemos afirmar sem dúvida que foram sentimentos e interesses de mais diversa natureza que levaram a um movimento tão extremado e ao envolvimento sem precedentes, de tão grande massa popular no levante armado.

A Memória de 1932:

Os reais vencedores – Vargas e o Governo Federal – tentaram impor durante a luta a idéia de uma revolução ilegítima e contra-revolucionária. Após a derrota, porém, Vargas não se mostrou vingativo com o Estado, tentou habilmente se reconciliar com a elites paulistas, procurando entre essas novos aliados. Em 1938 Ademar de Barros foi nomeado interventor e Vargas pela primeira vez voltou a São Paulo depois de outubro de 30, para inaugurar o túnel da 9 de julho. E, embora a maioria da população do Estado de São Paulo, em 32, tenha acompanhado suas elites e “marchado contra a ditadura”, em 1950 e 1954 elegeu Getúlio Vargas senador e depois Presidente do Brasil.

No próprio Estado a memória da luta não é um consenso, desde o primeiro aniversário do movimento armado, quando vem a público um manifesto de antigos combatentes, este denuncia os “oportunistas da guerra que mandavam avançar e manter posições insustentáveis”; E assim conclui: “Nós somos aqueles que hoje estão convencidos do embuste e mistificação a que fomos atirados pelos manobreadores da política profissional, promovedores de revoluções com o intuito de reconquista do poder político”.

Logo após a Revolução, em outubro de 1932, foi constituída uma “Federação dos Voluntários”, que promoveu uma pesquisa sobre os mortos de guerra e iniciou a campanha por um mausoléu para os “Heróis de 32”. A Revolução Constitucionalista perdurou como bastião de referência na política do

Estado e isso se deu, por exemplo, na disputa entre os dois tradicionais inimigos, o PD e o PRP, consignada nos Anais da Assembléia Legislativa. Estes Anais revelam um projeto de Alfredo Ellis Junior para tirar todos os nomes de ruas referentes ao movimento de 1930, como 3 de outubro e 24 de outubro, datas do início e do fim da luta. Ainda em 1935, a Avenida Anhangabaú torna-se Avenida Nove de Julho. Em 1934 ainda foi fundado o Clube Piratininga, até hoje apresentado como “sentinela permanente velando pelos ideais e pela memória de 32”.

Em 1954, o Quarto Centenário da capital se destaca como um marco de celebração dos grandes momentos da história de São Paulo; foi inaugurado o Parque Ibirapuera e com ele o Obelisco – Mausoléu (houve um cerimonial do transporte das cinzas de ex-combatentes). Em 7 de julho de 1954 foi fundada a Sociedade de Veteranos – MMDC, “Entidade de Direito privado, de fins cívicos e patrióticos”. Em 1957, nas celebrações do aniversário de 25 anos, foram feitos suplementos especiais na grande imprensa, sendo especialmente volumosos e significativos os de “A Gazeta” e “O Estado de São Paulo”.

Em 9 de julho de 1955 a Assembléia Legislativa, intitulada Palácio 9 de julho, instituiu a Medalha 9 de julho, que se concede anualmente nessa data aos ex-combatentes. Em 1966, por iniciativa do deputado Israel Dias Novais, foi criada a Medalha Constitucionalista.

Este ano comemora-se mais uma vez esse movimento armado, a “Guerra Civil Brasileira”. A comemoração tem muito mais a ver com tudo que neste artigo comentamos, o lado mítico que este movimento tem representado nas relações do Estado de São Paulo com o resto da nação.

¹ Texto baseado na transcrição realizada por Rogério Luis Giampietro Bonfá da palestra proferida nas dependências dos Arquivos Históricos do CMU, no dia 04/07/2002, durante a Exposição “Testemunhos de 32”, que marcou os 70 anos da Revolução. O texto original está disponível no CMU.

² Vavy Pacheco Borges é historiadora do Departamento de História da UNICAMP e autora de livros e artigos sobre a história política paulista. O mais recente é: Memória Paulista, EDUSP, São Paulo, 1997.

³ Referencia a palestra do Prof. Paulo Barros Camargo proferida nos Arquivos Históricos do CMU no dia 03/07/2002, durante a exposição “Testemunhos de 32”, que marcou os 70 anos da Revolução.